

Notícias do dia 16 de novembro



TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS



Terça-Feira, 16 de Novembro de 2021

Sumário

Número de notícias: 4 | Número de veículos: 4

O POPULAR - GO - POLÍTICA
TCE - GO

Assembleia e MP de olho nos impactos da PEC que modifica o Teto de Gastos - GIRO.....3

VERDE VALE FM 103,7 - ONLINE - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO

Prefeitura desobriga uso de máscara contra Covid-19 em São Luís de Montes Belos.....5

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO

Projetos sobre assistência social são destaques na sessão de hoje.....6

GAZETA PLAY - POLÍTICA
TCE - GO

Projetos sobre assistência social são destaques na sessão de hoje.....8

Assembleia e MP de olho nos impactos da PEC que modifica o Teto de Gastos - GIRO

Caio Henrique Salgado

A procuradoria da Assembleia Legislativa e o Ministério Público Estadual (MP-GO) estudam os impactos da proposta de emenda à Constituição Estadual que modifica o Teto de Gastos em **Goiás**. A PEC encaminhada pelo governador Ronaldo Caiado (DEM) na semana passada prevê que os empenhos dos próximos exercícios não poderão exceder aqueles realizados em 2021, acrescidos da inflação. Atualmente, estes atos orçamentários que indicam a intenção de realizar uma despesa estão limitados aos do ano anterior, também considerando a inflação. Conforme a coluna apurou, a percepção (e a preocupação) inicial é a de que mudança, exigida pela Superintendência do Tesouro Nacional (STN) e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional para a adesão ao Regime de Recuperação Fiscal, amplia as restrições já aplicadas ao Estado e há a expectativa por uma reunião de Caiado com os demais chefes de Poderes e órgãos autônomos.

Incomum

O governador Ronaldo Caiado (DEM) participou de reunião do Conselho do Protege, na semana passada. A pauta foi a necessidade de destravar projetos e viabilizar o uso de recursos do fundo que é bancado com fatia dos incentivos fiscais.

Pé-direito

Além de destravar projetos para incrementar a agenda positiva do Palácio das Esmeraldas, fazer deslanchar projetos bancados pelo Protege também visa a aumentar a margem do teto de gastos para 2022.

Casas

A **Agehab**, por exemplo, tem como meta empenhar a construção de mil casas até o fim do ano. O valor estimado é R\$ 120 milhões.

Aliás...

Líder do Governo na Assembleia, Bruno Peixoto (MDB) apresentou projeto que anistia empregados da **Agehab** responsabilizados pelo **TCE** em tomadas de contas especiais realizadas entre 2009 e 2018.

Site: <https://opopular.com.br/digital/16-novembro-2021/1o-caderno>

Prefeitura desobriga uso de máscara contra Covid-19 em São Luís de Montes Belos

A Prefeitura de São Luís de Montes Belos publicou, na manhã desta terça-feira (16), decreto em que desobriga o uso de máscara de proteção contra a Covid-19. A medida é válida para ambientes ao ar livre em toda a cidade, com exceção em grandes aglomerações.

Conforme o documento, a população ainda precisa utilizar o item de proteção facial em ambientes fechados, sejam eles públicos ou privados.

Decreto que desobriga uso de máscara contra Covid-19 em São Luís de Montes Belos está pronto desde sábado (13)

No último sábado (13), o Mais **Goiás** adiantou que o decreto que desobriga o uso de máscara contra Covid-19 em São Luís de Montes Belos já estava pronto. O prefeito Major Eldecíro Silva (PDT), no entanto, afirmou que não havia data certa para a publicação do documento.

Segundo dados do vacinômetro divulgado pelo **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)**, o município vacinou 76,32% da população com a primeira dose e 52,81% com a segunda dose. A atualização foi feita na última quarta-feira (10).

A Prefeitura da cidade informou que o município não tem nenhum caso de internação por Covid-19.

Site: <http://verdevale103.com.br/noticia-1528109942-prefeitura-desobriga-uso-de-mascara-contra-covid-19-em-sao-luis-de-montes-belos>

Projetos sobre assistência social são destaques na sessão de hoje

O Plenário da **Alego** reúne-se em sessão ordinária nesta 3ª-feira, 16. Dentre os processos que serão submetidos à votação definitiva destacam-se três propostas da Governadoria que criam mecanismos de assistência social à população goiana e facilitação para o pagamento de dívidas. A população poderá acompanhar os trabalhos pela TV **Alego** (canais 3.2 da TV aberta, 8 da NET Claro e 7 da Gigabyte Telecom) pelo site oficial do Parlamento (portal.al.go.leg.br) e, ainda, pelo canal do Youtube.

A Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás (Alego)** realiza nesta terça-feira, 16, a primeira sessão deliberativa da terceira semana de votações do mês de novembro. Na Ordem do Dia constam, para apreciação dos deputados, 66 matérias que contemplam iniciativas parlamentares, da Governadoria, e do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)**.

A sessão, com início às 15 horas, será realizada pelo sistema híbrido, com parte dos parlamentares trabalhando de forma presencial, no plenário Getúlio Vargas, e outra parte diretamente de suas residências ou escritórios, em sistema remoto que vem sendo usado em prevenção à covid-19.

Para a reunião, a pauta traz 18 projetos de lei de iniciativa parlamentar para votação definitiva e 43 em fase de primeira apreciação. Podem ser analisados, também, três projetos de lei do Poder Executivo em definitivo e, em apreciação única, um veto parcial a projeto de lei aprovado anteriormente pelos parlamentares, além de um parecer prévio, oriundo do **TCE-GO**, referente às contas anuais do Executivo no exercício de 2020.

Dentre os processos que serão submetidos à votação definitiva destacam-se as três propostas da Governadoria que criam mecanismos de assistência social à população goiana e facilitação para o pagamento de dívidas. O primeiro desses projetos é o de nº 8308/21, que institui, em todo o território goiano, o programa Bolsa Estudo, um mecanismo de transferência mensal de 100 reais para cada aluno do ensino médio da rede estadual de ensino.

O incentivo estará vinculado, segundo a matéria, à Secretaria de Estado da Educação (Seduc) e tem o objetivo de incentivar a aprendizagem e a

permanência dos estudantes em sala de aula. Uma das metas é atenuar os efeitos gerados pela chegada da pandemia de covid-19.

Se aprovada, a matéria tende a contemplar aproximadamente 218 mil estudantes ainda no ano de 2021. Para a implementação e execução do programa, poderão ser utilizados recursos do Fundo de Proteção Social de **Goiás (Protege)**. A estimativa é que o impacto financeiro seja de aproximadamente R\$ 22 milhões apenas neste ano. Para os dois próximos anos, é estimada uma despesa de quase meio bilhão de reais, sendo R\$ 233 milhões para 2022 e R\$ 248 milhões para o ano seguinte.

Já o projeto de lei nº 8305/21 institui o Programa Goiano de Dignidade Menstrual. A proposta garante o acesso gratuito aos absorventes higiênicos descartáveis às mulheres que sejam (ou estejam): estudantes da rede pública; adolescentes em cumprimento de medida de privação de liberdade; privadas de liberdade em cumprimento de pena nos regimes fechado e semiaberto do Sistema Prisional Goiano; em situação de rua; em situação de extrema pobreza e de pobreza.

Foram apensados à proposta os projetos com teor semelhante, assinados pelos parlamentares Lêda Borges (PSDB), Delegada Adriana Accorsi (PT) e Delegado Eduardo Prado (DC).

Negociação de débitos

Também para votação definitiva, a pauta da sessão ordinária de hoje traz o projeto de lei nº 8120/21 que visa instituir medidas facilitadoras para que o contribuinte negocie seus débitos relacionados aos créditos tributários e não tributários constituídos em favor da **Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos (AGR)**.

A nova norma, que possui vigência temporária, tem como objetivo criar programa de recuperação de créditos tributários e não tributários para assegurar a sustentabilidade da arrecadação da **AGR**.

Além disso, visa garantir a efetividade dos meios de cobrança, bem como possibilitar a regularização do passivo fiscal pelos devedores. "É notório que o impacto ocasionado pela pandemia de covid-19 sobre

todos os setores, especialmente os do transporte e do turismo, afetou diretamente o equilíbrio financeiro desses nichos empresariais. Tal fato provocou substancial queda na arrecadação da **AGR** e, consequentemente, o aumento da inadimplência dos seus créditos a receber", frisa o segundo parágrafo da proposição.

A matéria esclarece que as medidas deverão abranger o crédito tributário, cujo valor atualizado até a data da adesão for igual ou inferior a R\$ 25,5 mil, e o não tributário, de qualquer valor, correspondentes ao fato gerador ou à prática da infração ocorrida até a data da publicação do ato normativo.

Nesse contexto, compreenderão para os não tributários: redução em 100% do valor dos juros de mora; redução de até 98% do valor de multa moratória e atualização monetária; redução de 30% do valor das multas formais; e pagamento à vista ou parcelado dos débitos remanescentes. Já para os créditos tributários, as propostas são a redução de 100% do valor dos juros de mora, redução de até 98% do valor da multa moratória e atualização monetária e possibilidade de pagamento à vista ou parcelado.

A **AGR** afirma que a proposta se enquadra na exceção prevista no inciso II do art. 14 da Lei Complementar de Responsabilidade Fiscal nº 101, de 4 de maio de 2000. O dispositivo prevê que, quando houver o cancelamento do débito cujo montante for inferior ao do respectivo custo de cobrança, as regras do citado art. 14 não se aplicam.

O impacto total relativo à despesa do processo perfaz o montante estimado de R\$ 56.693.073,63. Desse modo, é estimado o valor de R\$ 4.361.005,68 para o exercício 2021, R\$ 17.444.022,65 para o exercício 2022, R\$ 17.444.022,65 para o exercício 2023 e R\$ 17.444.022,65 para o exercício 2024.

Para mais informações sobre as matérias que devem ser apreciadas nesta terça-feira, 16, consulte a pauta prévia.

Votações da última semana

Na semana passada, os deputados realizaram um total de duas sessões ordinárias. Nos encontros realizados, os parlamentares proporcionaram quórum qualificado para a votação de matérias e 38 deliberações foram feitas. As votações recaíram sobre proposições assinadas por deputados e pela Governadoria. Entre os processos apreciados, sete foram votados em definitivo e seguiram para a sanção do governador Ronaldo Caiado, sendo que quatro são propostas parlamentares e três da Governadoria.

Durante a última semana, ainda, entraram em tramitação na **Alego** outros 34 processos legislativos. Desses, 29 são referentes a projetos de lei ordinária, sendo 23 de iniciativa parlamentar, uma oriunda do Tribunal de Justiça do Estado de **Goiás** (TJ-GO) e cinco assinados pelo governador. Esses processos foram encaminhados para apreciação das comissões técnicas e podem constar, em breve, da pauta de votações do Plenário.

Além desses, a **Alego** recebeu dois Projetos de Emenda à Constituição (PEC) originários do Poder Executivo, e um projeto de resolução, assinado pela Mesa Diretora da Casa, que objetiva promover mudanças no Regimento Interno do Parlamento goiano. Do Executivo, ainda, foram protocolados dois vetos a projetos de lei aprovados anteriormente pelo Plenário, um parcial e um integral.

Sessões ordinárias

As sessões ordinárias constituem o calendário anual de trabalho legislativo e possuem a Ordem do Dia previamente designada, ou seja, têm uma pauta de votação. São realizadas normalmente às terças, quartas e quintas-feiras e compõem-se das seguintes fases: Abertura, onde são feitas apresentações de matérias e demais comunicações parlamentares; Pequeno Expediente; Grande Expediente; e a Ordem do Dia.

Para garantir a transparência, o Legislativo goiano transmite, ao vivo, todas as sessões. A população pode acompanhar os trabalhos pela TV **Alego** (canais 3.2 da TV aberta, 8 da NET Claro e 7 da Gigabyte Telecom) pelo site oficial do Parlamento (portal.al.go.leg.br) e, ainda, pelo canal do Youtube.

Agência Assembleia de Notícias

Site: <https://portal.al.go.leg.br/noticias/121445/projetos-sobre-assistencia-social-sao-destaques-na-sessao-de-hoje>

Projetos sobre assistência social são destaques na sessão de hoje

Da Redação

A Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás (Alego)** realiza nesta terça-feira, 16, a primeira sessão deliberativa da terceira semana de votações do mês de novembro. Na Ordem do Dia constam, para apreciação dos deputados, 66 matérias que contemplam iniciativas parlamentares, da Governadoria, e do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)**.

A sessão, com início às 15 horas, será realizada pelo sistema híbrido, com parte dos parlamentares trabalhando de forma presencial, no plenário Getúlio Vargas, e outra parte diretamente de suas residências ou escritórios, em sistema remoto que vem sendo usado em prevenção à covid-19.

Para a reunião, a pauta traz 18 projetos de lei de iniciativa parlamentar para votação definitiva e 43 em fase de primeira apreciação. Podem ser analisados, também, três projetos de lei do Poder Executivo em definitivo e, em apreciação única, um veto parcial a projeto de lei aprovado anteriormente pelos parlamentares, além de um parecer prévio, oriundo do **TCE-GO**, referente às contas anuais do Executivo no exercício de 2020.

Dentre os processos que serão submetidos à votação definitiva destacam-se as três propostas da Governadoria que criam mecanismos de assistência social à população goiana e facilitação para o pagamento de dívidas. O primeiro desses projetos é o de nº 8308/21, que institui, em todo o território goiano, o programa Bolsa Estudo, um mecanismo de transferência mensal de 100 reais para cada aluno do ensino médio da rede estadual de ensino.

O incentivo estará vinculado, segundo a matéria, à Secretaria de Estado da Educação (Seduc) e tem o objetivo de incentivar a aprendizagem e a permanência dos estudantes em sala de aula. Uma das metas é atenuar os efeitos gerados pela chegada da pandemia de covid-19.

Se aprovada, a matéria tende a contemplar aproximadamente 218 mil estudantes ainda no ano de 2021. Para a implementação e execução do programa, poderão ser utilizados recursos do Fundo de Proteção Social de **Goiás** (Protege). A estimativa é que o

impacto financeiro seja de aproximadamente R\$ 22 milhões apenas neste ano. Para os dois próximos anos, é estimada uma despesa de quase meio bilhão de reais, sendo R\$ 233 milhões para 2022 e R\$ 248 milhões para o ano seguinte.

Já o projeto de lei nº 8305/21 institui o Programa Goiano de Dignidade Menstrual. A proposta garante o acesso gratuito aos absorventes higiênicos descartáveis às mulheres que sejam (ou estejam): estudantes da rede pública; adolescentes em cumprimento de medida de privação de liberdade; privadas de liberdade em cumprimento de pena nos regimes fechado e semiaberto do Sistema Prisional Goiano; em situação de rua; em situação de extrema pobreza e de pobreza.

Foram apensados à proposta os projetos com teor semelhante, assinados pelos parlamentares Lêda Borges (PSDB), Delegada Adriana Accorsi (PT) e Delegado Eduardo Prado (DC).

Negociação de débitos

Também para votação definitiva, a pauta da sessão ordinária de hoje traz o projeto de lei nº 8120/21 que visa instituir medidas facilitadoras para que o contribuinte negocie seus débitos relacionados aos créditos tributários e não tributários constituídos em favor da **Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos (AGR)**.

A nova norma, que possui vigência temporária, tem como objetivo criar programa de recuperação de créditos tributários e não tributários para assegurar a sustentabilidade da arrecadação da **AGR**.

Além disso, visa garantir a efetividade dos meios de cobrança, bem como possibilitar a regularização do passivo fiscal pelos devedores. "É notório que o impacto ocasionado pela pandemia de covid-19 sobre todos os setores, especialmente os do transporte e do turismo, afetou diretamente o equilíbrio financeiro desses nichos empresariais. Tal fato provocou substancial queda na arrecadação da **AGR** e, conseqüentemente, o aumento da inadimplência dos seus créditos a receber", frisa o segundo parágrafo da proposição.

A matéria esclarece que as medidas deverão abranger

o crédito tributário, cujo valor atualizado até a data da adesão for igual ou inferior a R\$ 25,5 mil, e o não tributário, de qualquer valor, correspondentes ao fato gerador ou à prática da infração ocorrida até a data da publicação do ato normativo.

Nesse contexto, compreenderão para os não tributários: redução em 100% do valor dos juros de mora; redução de até 98% do valor de multa moratória e atualização monetária; redução de 30% do valor das multas formais; e pagamento à vista ou parcelado dos débitos remanescentes. Já para os créditos tributários, as propostas são a redução de 100% do valor dos juros de mora, redução de até 98% do valor da multa moratória e atualização monetária e possibilidade de pagamento à vista ou parcelado.

A **AGR** afirma que a proposta se enquadra na exceção prevista no inciso II do art. 14 da Lei Complementar de Responsabilidade Fiscal nº 101, de 4 de maio de 2000. O dispositivo prevê que, quando houver o cancelamento do débito cujo montante for inferior ao do respectivo custo de cobrança, as regras do citado art. 14 não se aplicam.

O impacto total relativo à despesa do processo perfaz o montante estimado de R\$ 56.693.073,63. Desse modo, é estimado o valor de R\$ 4.361.005,68 para o exercício 2021, R\$ 17.444.022,65 para o exercício 2022, R\$ 17.444.022,65 para o exercício 2023 e R\$ 17.444.022,65 para o exercício 2024.

Para mais informações sobre as matérias que devem ser apreciadas nesta terça-feira, 16, consulte a pauta prévia .

Votações da última semana

Na semana passada, os deputados realizaram um total de duas sessões ordinárias. Nos encontros realizados, os parlamentares proporcionaram quórum qualificado para a votação de matérias e 38 deliberações foram feitas. As votações recaíram sobre proposições assinadas por deputados e pela Governadoria. Entre os processos apreciados, sete foram votados em definitivo e seguiram para a sanção do governador Ronaldo Caiado, sendo que quatro são propostas parlamentares e três da Governadoria.

Durante a última semana, ainda, entraram em tramitação na **Alego** outros 34 processos legislativos. Desses, 29 são referentes a projetos de lei ordinária, sendo 23 de iniciativa parlamentar, uma oriunda do Tribunal de Justiça do Estado de **Goiás** (TJ-GO) e cinco assinados pelo governador. Esses processos foram encaminhados para apreciação das comissões técnicas e podem constar, em breve, da pauta de votações do Plenário.

Além desses, a **Alego** recebeu dois Projetos de Emenda à Constituição (PEC) originários do Poder Executivo, e um projeto de resolução, assinado pela Mesa Diretora da Casa, que objetiva promover mudanças no Regimento Interno do Parlamento goiano. Do Executivo, ainda, foram protocolados dois vetos a projetos de lei aprovados anteriormente pelo Plenário, um parcial e um integral.

Sessões ordinárias

As sessões ordinárias constituem o calendário anual de trabalho legislativo e possuem a Ordem do Dia previamente designada, ou seja, têm uma pauta de votação. São realizadas normalmente às terças, quartas e quintas-feiras e compõem-se das seguintes fases: Abertura, onde são feitas apresentações de matérias e demais comunicações parlamentares; Pequeno Expediente; Grande Expediente; e a Ordem do Dia.

Para garantir a transparência, o Legislativo goiano transmite, ao vivo, todas as sessões. A população pode acompanhar os trabalhos pela TV **Alego** (canais 3.2 da TV aberta, 8 da NET Claro e 7 da Gigabyte Telecom) pelo site oficial do Parlamento (portal.al.go.leg.br) e, ainda, pelo canal do Youtube .

Site: <https://www.gazetaplay.com.br/projetos-sobre-assistencia-social-sao-destaques-na-sessao-de-hoje/>